

Santa Bárbara d'Oeste, 2 de setembro de 2010
PD-018/2010

À

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

A/C Diretoria de Relações com Empresas

Rua XV de Novembro, 275 – 6º andar

01013-001 – São Paulo – SP

Assunto: **Audiência Restrita – Novo Mercado (Cédula de Votação)**

Revisão dos Regulamentos de Listagem do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado” ou “Regulamento”)

Prezados Senhores,

Indústrias Romi S.A. (“Romi” ou “Companhia”), vem, respeitosamente, no âmbito da Audiência Restrita – Novo Mercado, encaminhar, através da Cédula de Votação anexa, a manifestação de seu voto para a minuta da proposta de revisão do Regulamento do novo Mercado, apresentada pela BM&FBovespa, encaminhada para as companhias através da carta 147/2010-DP, de 9 de agosto de 2010.

Juntamente com a mencionada Cédula de Votação, a Companhia toma a liberdade de apensar justificativas e comentários, para a manifestação de voto contrário a determinadas partes da proposta, justificativas essas que refletem o posicionamento da Companhia já manifestado, anteriormente, à BM&FBovespa.

Além dessa via original, impressa, da Cédula de Votação e do apenso com as justificativas e comentários de voto contrário, a Companhia está encaminhando à BM&FBovespa esses mesmos documentos em formato eletrônico, com o objetivo de assegurar que os mesmos sejam recebidos, adequadamente.

Sendo o que nos cumpria para o momento, a Companhia permanece à inteira disposição da BM&FBovespa para o que mais se fizer necessário, através do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, o Sr. Luiz Cassiano Rando Rosolen, pelo telefone (19) 3455-9004 ou pelo e-mail dri@romi.com, ou por meio do envio de correspondência para Indústrias Romi S.A., na Av. Pérola Byington, n.º 56, Centro, CEP 13453-900, Santa Bárbara d'Oeste, SP, em atenção do Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

Atenciosamente,

Indústrias Romi S.A.



Luiz Cassiano Rando Rosolen

Diretor de Relações com Investidores

Anexos:

- ✓ Cédula de Votação – Audiência Restrita
- ✓ Justificativas e comentários de voto contrário da Companhia

ALR/ib



AUDIÊNCIA RESTRITA 2010

Cédula de votação para as companhias
listadas no Novo Mercado

Razão Social: Indústrias Romi S.A.

Diretor de Relações com Investidores: Luiz Cassiano Rando Rosolen

Orientações:

- Os tópicos deverão ser votados por itens, sendo que alguns estão agrupados em blocos para evitar eventuais inconsistências no Regulamento de Listagem.
- O voto em duas alternativas (a favor e contra) do mesmo bloco implica na anulação do mesmo.
- O prazo final para manifestação é **08 de setembro de 2010** (quarta-feira) as 18h30.
- E-mail para envio de manifestações: audiencia restritaNM@bvmf.com.br
- Website da Audiência Restrita: www.bmfbovespa.com.br/empresas
- Para informações adicionais: (11) 2565-7360 ou 7341.



Diretoria de Relações com Empresas

ALW2
1/6

Regulamento de Listagem do Novo Mercado
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
1.1 – Objeto	Item 1.1 (objeto): regulamento de listagem aplicável a todos os acionistas Item 12.6: inserção de “demais acionistas” decorrente da aplicação do regulamento de listagem a todos os acionistas Item 16.1 (não responsabilização para BM&FBOVESPA): inclusão de todos os acionistas e Comitê de Auditoria	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Acionista Controlador” Exclusão da definição de “Controle Difuso” Inclusão da definição de “Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum. Alteração na definição “Poder de Controle” Item 4.6.1: alteração do termo “Controle Difuso” Item 12.9: alteração do termo “Controle Difuso” Item 13.7: alteração do termo “Controle Difuso”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Calendário Anual”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Cláusula Compromissória”, incluindo Comitê de Auditoria	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Substituição de “Comprador” por “Adquirente” Itens 8.3, 8.5, 12.7, 12.7.1 e 12.7.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Contrato de Participação no Novo Mercado”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Inclusão da definição de “Regulamento de Sanções” Referência ao Regulamento de Sanções no “Termo de Anuência dos Administradores” Referência ao Regulamento de Sanções no “Termo de Anuência dos Controladores” Item 12.6: inserção do Regulamento de Sanções na Seção que trata da Saída do Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1 – Autorização para Negociação de Valores Mobiliários	Itens (i) a (ix): condições mínimas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Regulamento de Listagem do Novo Mercado
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
3.1.1 – Vedação à limitação de voto	Item 3.1.1: vedação à limitação de voto em percentuais inferiores a 5% Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para adaptação de percentuais inferiores a 5% Inclusão do Item 15.5 (iv): “poderão manter suas disposições estatutárias, em vigor na referida data, que limitem o número de votos de acionista ou Grupo de Acionistas em percentuais inferiores a 5% (cinco por cento) do capital social exclusivamente na hipótese de deliberação de alteração de cláusula estatutária sobre oferta pública de aquisição de ações para o acionista que atingir determinada participação no capital social, sendo que tal limitação de voto somente poderá ser alterada quando visar à sua adaptação em cumprimento ao disposto no item 3.1.1. deste Regulamento de Listagem.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1.2.(i) – Vedação ao estabelecimento de quorum qualificado	Item 3.1.2.(i): vedação ao estabelecimento de quorum qualificado Item 15.5 (ii): possibilidade de manutenção de quoruns qualificados já previstos nos estatutos sociais das companhias listadas no Novo Mercado; e possibilidade de alteração estatutária quando visar à exclusão dos quoruns qualificados	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1.2.(ii) – Vedação à cláusula que impeça o exercício de voto favorável ou imponha ônus aos acionistas	Item 3.1.2.(ii): vedação à cláusula que impeça o exercício de voto favorável ou imponha ônus aos acionistas Item 15.5 (ii): possibilidade de manutenção de cláusulas que impeçam o exercício de voto favorável ou imponham ônus aos acionistas; e possibilidade de alteração estatutária quando visar à exclusão das referidas cláusulas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1.2.(iii) – Vedação ao estabelecimento da obrigação de realizar oferta pública de ações no caso atingimento de determinada participação acionária	Item 3.1.2.(iii): vedação ao estabelecimento da obrigação de realizar oferta pública de ações no caso atingimento de determinada participação acionária Item 15.5 (iii): “e cujos estatutos sociais, em vigor na referida data, estabeleçam obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações para o acionista que atingir determinada participação no capital social, poderão manter disposições estatutárias diversas das regras previstas na Seção IX deste Regulamento de Listagem.”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3 – Pedido de autorização para negociação no NM	Itens (i) a (xiv): aprimoramento e uniformização de redação, adequação da redação à atual denominação da BM&FBOVESPA, “renumeração” de anexos, compatibilização com instrução da CVM e formalização de práticas usuais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.5.1 – Exceções à vedação à negociação (lock up)	Inclusão dos itens (iv) e (v) para explicitar situações adicionais que já foram consideradas exceções pela Bolsa (formalização de práticas usuais)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.3 – Composição do Conselho de Administração	Item 4.3: aumento do percentual de Conselheiros Independentes de 20% para 30% Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para adaptação aos 30% de independentes para as companhias já listadas no Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

An
3/6


Indústria Romi S.A.

Regulamento de Listagem do Novo Mercado
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
4.4 – Vedação à acumulação de cargos	Item 4.4: vedação à acumulação de cargos de presidente do conselho de administração e diretor presidente ou principal executivo Item 4.4.1: prazo de 3 (três) anos para adaptação das novas companhias que vierem a ingressar no Novo Mercado Item 4.4.2: possibilidade de o Diretor Presidente da BM&FBOVESPA conceder período adicional para adaptação à vedação à acumulação Item 4.4.3: no caso de concessão de prazo para adaptação, divulgação dessa informação na página da BM&FBOVESPA na rede mundial de computadores Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para adaptação ao item 4.4 para as companhias já listadas no Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.5 – Divulgação de cargos	Item 4.5: membros do conselho de administração deverão informar os cargos que ocupam em outras sociedades ou entidades Item 4.5.1: prazo para envio das informações do item 4.5	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.7 e 5.3 – Prazo para envio de Termos de Anuência	Item 4.7: prazo para protocolo do Termo de Anuência dos Administradores na BM&FBOVESPA, condicionando a posse nos cargos à assinatura desse documento, cuja cópia deverá ser protocolada na BM&FBOVESPA em até 15 (quinze) dias da data de posse dos eleitos. Item 5.3: prazo para protocolo do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal na BM&FBOVESPA, condicionando a posse nos cargos à assinatura desse documento, cuja cópia deverá ser protocolada na BM&FBOVESPA em até 15 (quinze) dias da data de posse dos eleitos.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.8 – Comitê de Auditoria	Inclusão da definição de “Termo de Anuência dos Membros do Comitê de Auditoria” Item 4.8: obrigatoriedade de comitê de auditoria Item 4.8.1: competências do comitê de auditoria Item 4.8.2: deveres e responsabilidades do comitê de auditoria Item 4.8.3: termo de anuência dos membros do comitê de auditoria Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para constituição do comitê de auditoria para as companhias já listadas no Novo Mercado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
4.9 – Manifestação do Conselho de Administração	Item 4.9: manifestação do conselho de administração sobre qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, com inclusão da redação “(...) alertando que é responsabilidade de cada acionista a decisão final acerca da aceitação, ou não, da referida oferta.” Item 4.9.1: prazo para manifestação do conselho de administração sobre ofertas públicas de aquisição de ações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.3 – Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais	Item 6.3: nota explicativa sobre transações com partes relacionadas, contendo as divulgações previstas nas regras contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras anuais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.6 – Alteração no prazo para divulgação do Calendário Anual	Item 6.6: alteração no prazo para divulgação do Calendário Anual e retirada do mesmo como Anexo ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado Item 6.6.1: alterações subsequentes em relação aos eventos constantes do Calendário Anual Item 6.6.2: prazo para apresentação do Calendário Anual aplicável às companhias que se listam no Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Am
4/6

Regulamento de Listagem do Novo Mercado
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
6.8 – Política de Negociação de Valores Mobiliários	Item 6.8: elaboração, divulgação e envio à BM&FBOVESPA de política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.9 – Código de Conduta	Item 6.9: elaboração, divulgação e envio à BM&FBOVESPA de código de conduta	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.2 – Prospectos e Formulário de Referência	Item 7.2.2: regras aplicáveis aos prospectos também serão aplicáveis aos formulários de referência quando da realização de ofertas públicas de distribuição	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.2 – Aquisição de Controle por meio de Diversas Operações	Item 8.2: aquisição de controle por meio de diversas operações Item 8.2 (ii): alteração do procedimento de identificação dos acionistas vendedores, nos últimos 6 (seis) meses, para efeitos de recebimento da diferença eventualmente devida	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.3 – Termo de Anuência de Controladores	Item 8.3: prazo para protocolo na BM&FBOVESPA do Termo de Anuência dos Controladores Item 8.3.1: prazo para protocolo na BM&FBOVESPA o Termo de Anuência dos Controladores como condição para registrar acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.5 – Recomposicao do Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Alienação de Controle	Item 8.5: aprimoramento de redação visando a tornar mais preciso a partir de quando serão contados os 6 (seis) meses, isto é, após uma operação de Alienação de Controle e da subsequente realização de oferta pública de aquisição de ações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.1 – Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) Por Atingimento de Participação Acionária Relevante	Definição de “Participação Acionária Relevante” Item 9.1: obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações no caso de atingimento de participação relevante (30%) Item 9.1.1: prazo para publicação do edital da oferta e preço a ser praticado na oferta Item 9.2: hipóteses de dispensa da OPA por atingimento Item 9.2.1: hipótese de dispensa da OPA por atingimento mediante assembléia de acionistas Item 9.3: dever de informar à BM&FBOVESPA o preço a ser praticado na oferta e anexar documentação que comprove o valor, além de divulgar ao mercado o referido preço e os planos estratégicos Item 9.4: prazo para recomposição do percentual mínimo de ações em circulação Item 3.2: possibilidade do Diretor Presidente da BM&FBOVESPA conceder prazo para recomposição de que trata o item 9.4 Item 15.6 (i) : exceção, na hipótese de um dos membros do Grupo de Acionistas atingir, individualmente, Participação Acionária Relevante, para as companhias listadas no Novo Mercado. Item 15.6 (ii): exceção, na hipótese de conversão de valores mobiliários conversíveis em ações ou exercício de bônus de subscrição de ações, subscritos ou adquiridos previamente à entrada em vigor do Regulamento.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Regulamento de Listagem do Novo Mercado
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
10.1 – Dever de Informar do Acionista Controlador e Pessoas Vinculadas	Item 10.1: dever de informar do Acionista Controlador e pessoas vinculadas Item 10.1.1: dever de informar qualquer modificação que houver na titularidade de valores mobiliários do Acionista Controlador e pessoas vinculadas Item 10.1.3: prazo para o envio da referida informação Item 10.2: aprimoramento de redação sobre a divulgação da referida informação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.1 – Saída do Novo Mercado	Item 12.3: definição dos responsáveis pela oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado no caso de não haver Acionista Controlador Item 12.5: definição dos responsáveis pela oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado decorrente de reorganização societária no caso de não haver Acionista Controlador Item 13.5.2: obrigações decorrentes de descumprimento de regras do Novo Mercado no caso de não haver Acionista Controlador Item 13.5.2.1: complemento do item anterior	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
12.4 – Saída do Novo Mercado em razão de reorganização societária	Item 12.4: inserção de prazo, compatível com o previsto na Lei das Sociedades Anônimas, para que os valores mobiliários de emissão da companhia resultante da reorganização sejam admitidos à negociação no Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.1 – Sanções	Item 13.1: aprimoramento de redação para abranger companhias que não contem com acionista controlador Item 13.1.1: companhia e responsáveis estão sujeitos ao Regulamento de Sanções Item 13.4: aprimoramento de redação relativa às sanções não pecuniárias abrangendo companhias que não contem com acionista controlador Item 13.4.1: aprimoramento de redação relativa a descumprimento de obrigações abrangendo companhias que não contem com acionista controlador Item 13.4.4: consequências da suspensão abrangendo companhias que não contem com acionista controlador e ajuste da denominação do Regulamento de Sanções	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.1 – Arbitragem	Item 14.1: inclusão dos demais acionistas da Companhia e inserção do Regulamento de Sanções e de Comitê de Auditoria Item 14.2: informação sobre a existência e a vinculação da Companhia à Cláusula Compromissória de arbitragem deverá constar da página da Companhia na rede mundial de computadores	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.2 – Modificações no Regulamento	Item 15.2.1: convocação da Audiência Restrita Item 15.2.3: manifestação na Audiência Restrita	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
15.4 – Casos omissos – situações não previstas ou excepcionais	Item 15.4: inserção de situações excepcionais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Am
6/6

Indústrias Romi S.A.

Anexo à Cédula de votação para as companhias listadas no Novo Mercado

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

ALTERAÇÕES REGULAMENTO DO NOVO MERCADO

INDÚSTRIAS ROMI S.A. ("ROMI" ou "COMPANHIA") vem, respeitosamente, perante a BM&FBovespa, apresentar suas justificativas relativas aos votos contrários constantes na Cédula de Votação, relacionada à Minuta do Regulamento do Novo Mercado.

1) CÉDULA DE VOTAÇÃO – JUSTIFICATIVAS DOS VOTOS CONTRÁRIOS

Itens 2.1. e 4.8. – Comitê de Auditoria

A Companhia não concorda com a obrigatoriedade do Comitê de Auditoria e entende que o Conselho Fiscal, conforme normatizado pela Lei das Sociedades Anônimas representa, de maneira independente e adequada, os interesses dos acionistas quanto à fiscalização da gestão.

A sugestão da Companhia é que o Comitê de Auditoria seja compulsório na situação em que as companhias não tenham instalados os Conselhos Fiscais.

Essa justificativa abrange o item 2.1 – Alteração na definição de Cláusula Compromissória, no que tange ao Comitê de Auditoria.

Item 9.1 – Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) por Atingimento de Participação Acionária Relevante

A Companhia não concorda com a utilização, exclusivamente, do maior preço pago pelo acionista adquirente nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento de Participação Acionária Relevante, para determinação do preço da ação a ser praticado na oferta pública de aquisição, devido a possibilidade de ocorrência de distorções de preço e impactos desconhecidos em virtude de flutuações de mercado.

Conforme anteriormente manifestado à BM&FBovespa, nossa sugestão é que o preço da ação a ser praticado na oferta pública de aquisição por atingimento de participação acionária relevante seja (i) o maior preço pago pelo acionista adquirente nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento de Participação Acionária Relevante ou (ii) o preço determinado pelo respectivo Valor Econômico, aquele que for maior.

Lembramos, outrossim, que o Valor Econômico está reconhecido pelo Regulamento para fins de OPA de saída da companhia do Novo Mercado (item 12.2), portanto, evidenciando sua coerência com os interesses dos acionistas.

Alm



Audiência Restrita 2010

Anexo à Cédula de votação para as companhias listadas no Novo Mercado

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Item 12.1 – Saída do Novo Mercado

Conforme anteriormente manifestado à BM&FBovespa, a Companhia não concorda com a manutenção no Regulamento da OPA de saída do Novo Mercado para as companhias que não concordarem com alterações ao Regulamento, principalmente quando tais alterações forem materiais e de profunda relevância, como é o caso da presente reforma, haja vista que podem ser aprovadas alterações no Regulamento inviáveis às companhias. Nesses casos, se houvesse a necessidade de OPA, a companhia ficaria entre (i) aderir às regras das quais ela discorda ou (ii) fazer uma OPA a valor de mercado, o que, em determinadas ocasiões, poderia inviabilizar financeiramente a existência da companhia e/ou sua permanência como empresa de capital aberto.

Item 15.2 – Modificações no Regulamento

Conforme anteriormente manifestado à BM&FBovespa, nossa sugestão é que seja previsto, não o quorum para rejeição das propostas superior a 1/3 (um terço) das companhias participantes do Novo Mercado, mas sim quorum para aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) das empresas listadas no Novo Mercado, de forma que a abstenção não venha a dar causa a alterações da relevância e magnitude das que estão sendo propostas por esta Bolsa.

Entendemos, também, que as matérias devem ser submetidas separadamente à votação, e que o voto deve ser manifestado de forma presencial e aberta, em assembléia das companhias do Novo Mercado, para que seja possível um debate transparente e construtivo em torno das matérias.

Sugerimos, ainda, que haja maior clareza acerca de todas as fases do processo de revisão do Regulamento, com indicação de forma de convocação das companhias, antecedência da convocação, indicação dos prazos de cada etapa, existência de segunda convocação, etc.

Outro ponto de fundamental importância é o destinatário de comunicações por parte da BM&F Bovespa às companhias. Tendo em vista que o Contrato de Participação no Novo Mercado é firmado também pelo controlador e pelos administradores, sugerimos que todas as comunicações e notificações desta Bolsa à companhia com impacto no Regulamento ou no referido Contrato, sejam sempre dirigidas, não somente ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, mas também ao Diretor-Presidente, ao Presidente do Conselho de Administração e ao Controlador.

2) COMENTÁRIOS ADICIONAIS

A Companhia não concorda em que a proposta para o novo Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias no Novo Mercado, cuja proposta traz 15 novas obrigações e Anexo à Carta Romi PD-018/2010 de 02/09/2010

Am



Audiência Restrita 2010

Anexo à Cédula de votação para as companhias listadas no Novo Mercado

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

respectivas sanções, não seja objeto da presente Audiência Restrita, dado a relevante e materialidade para os administradores e acionistas controladores.

Am

